



MULHERES RURAIS E AGROECOLOGIA NO IFSP: ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO PARA A AUTONOMIA ECONÔMICA

FILIPAK, Alexandra¹, OLIVEIRA, Alecio Rodrigues de², HUMANN, Fernanda Carvalho³, FILHO, Felipe Batistella⁴

¹ Pedagoga, Doutora em Ciências Sociais, Docente IFSP Câmpus Matão, alexandra.filipak@ifsp.edu.br

² Geógrafo, Doutor em Sociologia, Docente IFSP Câmpus Matão, alecio@ifsp.edu.br

³ Bióloga, Doutora em Ciências, Docente IFSP Campus Matão, Coordenadora da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares ITCP, fchumann@ifsp.edu.br

⁴ Engenheiro Agrônomo, Doutor em Agronomia, Docente do IFSP Matão, Coordenador do Projeto de Extensão Horta comunitária: alimentação e geração de renda, batistella@ifsp.edu.br

Apresentado no
IV Congresso de Extensão e IV Mostra de Arte e Cultura
06 a 09 de novembro de 2017 - Cubatão-SP, Brasil

RESUMO: A proposta consiste na formação de Mulheres Rurais nas temáticas Desenvolvimento Rural, Gênero e Agroecologia refletindo sobre os desafios do reconhecimento do trabalho das mulheres na produção agroecológica e no compromisso do IFSP, através da articulação entre ensino, pesquisa e extensão, no desenvolvimento da agricultura familiar, e na valorização do trabalho das mulheres agricultoras. Tem por objetivo apoiar, fortalecer e capacitar mulheres rurais de assentamentos rurais e da agricultura familiar na produção agroecológica de alimentos e na sua comercialização, contribuindo com o desenvolvimento rural sustentável e solidário.

PALAVRAS-CHAVE: Agroecologia, Economia Feminista e Solidária, Trabalho, Mulheres Rurais, Extensão Rural.

AÇÃO VINCULADA: Programa Institucional de Formação Profissional de Mulheres do IFSP Edital n° 846, de 24 de fevereiro de 2017.

INTRODUÇÃO

O Núcleo de Estudos em Agroecologia do IFSP Matão (CNPQ) e a Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Culturais do IFSP, juntamente com a Incubadora de Cooperativas Populares do IFSP Matão, e em parceria com a Prefeitura Municipal de Araraquara, a Federação dos Empregados Rurais Assalariados do Estado de São Paulo, o mandato da Deputada Estadual Marcia Lia e com o Grupo Produtivo de Mulheres do Assentamento Córrego Rico, promovem o Curso “**Agricultora Familiar de Base Agroecológica**”. Tal atividade tem a participação de 20 agricultoras assentadas de Reforma Agrária nos Assentamentos Bela Vista do Chibarro (Araraquara, SP), Monte Alegre (Matão, SP), Bueno de Andrada (Matão, SP) e Córrego Rico (Jaboticabal, SP).

Essa atividade de extensão compõe um conjunto de ações desenvolvidas desde 2014 no IFSP Matão que congregam o ensino, a pesquisa a extensão voltados ao desenvolvimento da agricultura familiar, quilombola, reforma agrária com recorte de gênero. A temática proposta nessas ações passa de forma central pela valorização e visibilidade do trabalho da mulher no campo, e pela percepção de que a manutenção das desigualdades econômicas e sociais entre as mulheres e homens agricultores impedem sobremaneira a construção da agroecologia e o desenvolvimento rural. Assim, acompanham essas ações os campos de estudos: Economia Feminista e Solidária, Agroecologia e Desenvolvimento Rural. Juntamente com essa proposta que se apresenta.

Objetiva-se com a proposta garantir a formação das trabalhadoras rurais, dentro da perspectiva da Educação do Campo e com metodologia de Alternância, construindo possibilidades de garantir a qualificação de seu trabalho e o apoio à construção de sua autonomia econômica.

MATERIAL E MÉTODOS

O presente projeto intitula-se: *Mulheres Rurais e Agroecologia nos Assentamentos Monte Alegre e Bela Vista do Chibarro: formação para a autonomia econômica*. Propõe atividades de formação profissional com carga horária de 200 hs

Os temas tratados no Curso serão: Agroecologia, Economia Feminista e Desenvolvimento Rural. Como atividades voltadas ao diálogo com o trabalho das mulheres, com foco na geração de renda, são propostas as Oficinas de Processamento Mínimo de Alimentos e Boas Práticas de Fabricação, assim como atividades relacionadas a outros temas levantados pelas próprias mulheres participantes. Conta com uma proposta metodológica que compreende uma linha pedagógica fundamentada na educação do campo e no trabalho de troca e transferências de tecnologias com grupos produtivos de mulheres rurais, de forma participativa e com foco na geração de impactos sociais nos grupos com os quais se pretende trabalhar.

Possui uma visão interdisciplinar da realidade dos grupos de mulheres dos assentamentos e comunidades rurais, delineando o processo de formação proposto, incluindo os conhecimentos relativos ao campo, as técnicas de produção agroecológica e manipulação de alimentos, em diálogo permanente e necessário com os conhecimentos da extensão rural, do desenvolvimento rural sustentável e solidário, da economia feminista, dos estudos de gênero. As aulas serão realizadas no campus do IFSP Matão.

A proposta da Educação do Campo e da Pedagogia da Alternância é uma das formas de se garantir a produção dos conhecimentos com base material na vida, no trabalho e nas necessidades das trabalhadoras do campo. Como Ribeiro (2008) nos explica que a Pedagogia da Alternância tem o trabalho produtivo como princípio de uma formação humanista que articula dialeticamente ensino formal e trabalho produtivo. A Pedagogia da Alternância também articula prática e teoria numa práxis e realiza-se em tempos e espaços que se alternam entre escola e propriedade, comunidade, assentamento, acampamento ou movimento social ao qual o educando está vinculado.

Dessa forma essa proposta prevê a formação articulada à realidade e a partir do trabalho produtivo das mulheres das comunidades rurais a partir da organização de dois tempos de formação: o Tempo Escola e o Tempo Comunidade sendo destinada uma parte da carga horária para as atividades de Tempo Comunidade, ou seja, as atividades ligadas à prática do trabalho das mulheres na produção agroecológica.

ENVOLVIMENTO DA COMUNIDADE EXTERNA

Todo o processo de elaboração dessa proposta de trabalho, assim como o papel do IFSP Matão nas ações de extensão voltadas à Agricultura Familiar tem sido realizado de forma dialógica com os movimentos sociais e grupos de agricultores/as, assim como com parceiros da sociedade civil e do estado. A gestão do NEA e dos projetos que a ele se vinculam se propõe participativa e horizontal, com a representação dos diferentes sujeitos envolvidos. Um desafio de democratizar as ações de ensino, pesquisa e extensão no IFSP Matão.



FIGURA 1: Mobilização Mulheres Rurais do Assentamento Córrego Rico através das atividades de extensão do IFSP Matão.

CONCLUSÕES

Diante da proposta de trabalho de extensão apresentada, pode-se perceber algumas questões relacionadas às mulheres rurais e à agroecologia. No meio rural a realização de trabalho produtivo na agricultura de base familiar pelas mulheres ainda é pouco visível e pouco valorizado. Isso se deve, sobretudo, a concepção de que as atividades por elas desempenhadas são extensão do doméstico, tarefas historicamente entendidas como papel feminino. Entretanto, a produção familiar e a agroecologia é protagonizada pelas mulheres, na medida em que realizam tanto as tarefas agrícolas quanto as domésticas. A atuação das mulheres geram renda e auto-sustentação das famílias. A área de conhecimento Economia Feminista auxilia como instrumento teórico para essa compreensão. Como por exemplo, a discussão relacionada à divisão sexual do trabalho na agricultura que produz desigualdades entre homens e mulheres que sustentam o sistema capitalista através do patriarcado enquanto dominação masculina dos espaços públicos e produtivos da sociedade. Em termos conceituais, Hirata e Kergoat (2007) afirmam que a divisão sexual do trabalho é modulada histórica e socialmente e tem como características a designação prioritária dos homens à esfera produtiva e das mulheres à esfera reprodutiva e, simultaneamente, a apropriação pelos homens das funções com maior valor social adicionado (políticos, religiosos, militares etc.).

A inserção das mulheres no mercado de trabalho também é analisada pelo IBGE, sendo um aspecto central na construção da autonomia da mulher. Em 2010, a taxa de atividade das mulheres era de 54,6% enquanto que a dos homens era de 75,7%. A taxa de atividade das mulheres é maior entre as urbanas 56% em se comparando com as rurais, que é de 45,5%. Então é possível analisar que dentre as mulheres rurais em idade economicamente ativa, somente 45,5% se encontram em atividade econômica, segundo o IBGE. Há uma clara “subnotificação das atividades realizadas pelas mulheres e uma representação de que a produção para o autoconsumo é a extensão do trabalho doméstico considerado não trabalho e as pessoas que o realizam consideradas inativas” (SOF, 2015).

Em se tratando de rendimentos, a pesquisa demonstra que a desigualdade econômica tem dimensão de gênero e é cruzada por outras dimensões como raça, etnia e situação de domicílio (urbana e rural), entre outras, o que agrava a situação e que pode caracterizar aspectos da pobreza no país e nas localidades alvo deste projeto. Os dados caracterizam aspectos da dependência econômica das mulheres rurais incluindo o não reconhecimento do trabalho no campo e do trabalho doméstico por elas desenvolvido, situação essa demarcada, sobretudo pela divisão sexual do trabalho. São 32,3% das mulheres rurais com 16 anos ou mais que não apresentam nenhum rendimento, em 2010. Dentre as mulheres rurais, 50,5% das que auferem remuneração recebem até 1 salário mínimo (IBGE, 2010). A redução da disparidade de rendimentos entre mulheres e homens pode ser meta do trabalho das diferentes instituições públicas no país, incluindo as universidades e instituições de ensino, pesquisa e extensão. A autonomia econômica implica em ações que articulem o público e o privado, ou seja ao mesmo tempo em que propiciem o acesso das mulheres à renda e ao mercado de trabalho, visibilizem o trabalho doméstico (SOF, 2015).

Assim, realizar atividades de capacitação e trocas de tecnologias com mulheres rurais de assentamentos de reforma agrária e comunidades de agricultura familiar, pode se demonstrar uma ação que busca um desenvolvimento rural agroecológico e solidário, gerando-se capacidades de transformação das situações de desigualdades vividas por elas no campo através da autonomia econômica e gerando questionamentos à economia capitalista e patriarcal.

REFERÊNCIAS

HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. Novas Configurações da Divisão Sexual do Trabalho. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, v. 37, n. 132, p. 595-609, set.- dez., 2007.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Demográfico 2010. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

RIBEIRO, Marlene. Pedagogia da alternância na educação rural/do campo: projetos em disputa. Educ. Pesquisa, São Paulo, v. 34, n. 1, p. 27-45, Apr. 2008.

SOF – Sempre Viva Organização Feminista. Estatísticas de Gênero do IBGE mostra dados relevantes sobre a autonomia econômica das mulheres, 2015.